



A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR PÚBLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

GALDINO, Cíntia Alves de Morais. **A organização curricular pública na Educação Infantil.** Florianópolis: Id Acadêmico, 2024.

Orientadora: **Dr Erivaldo Nogueira Campos**

RESUMO

A educação infantil no Brasil tem passado por uma evolução significativa ao longo dos anos. Esta transformação deve-se, em grande parte, à implementação de políticas educacionais como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Estes marcos regulatórios têm sido essenciais na reestruturação da organização do trabalho pedagógico nas instituições públicas de ensino infantil, garantindo que o currículo siga uma rota bem definida e orientada para o desenvolvimento integral das crianças. Através de uma revisão narrativa da literatura, é possível observar a evolução histórica da organização curricular na educação infantil. Este resgate histórico permite compreender as nuances e as mudanças que ocorreram, destacando a importância de um currículo bem estruturado que vai além do cuidado, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. A BNCC, em particular, trouxe uma nova luz sobre a educação infantil, estabelecendo competências e habilidades que devem ser desenvolvidas desde os primeiros anos de vida. Isso reflete uma nova compreensão sobre a capacidade das crianças de aprender e se desenvolver de maneira holística desde muito cedo. A educação infantil pública no Brasil, portanto, está em um caminho promissor, onde o currículo não é apenas uma rota a ser seguida, mas uma jornada de descobertas, aprendizado e crescimento para cada criança.

Palavras-chave: Currículo, Diretrizes Curriculares, BNCC, Educação Infantil.

SUMMARY

Early childhood education in Brazil has undergone a significant evolution over the years. This transformation is largely due to the implementation of educational policies such as the Law of Guidelines and Bases (LDB), the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education and the National Common Curriculum Base (BNCC). These regulatory frameworks have been essential in restructuring the organization of pedagogical work in public early childhood education institutions, ensuring that the curriculum follows a well-defined route oriented towards the integral development of children. Through a narrative review of the literature, it is possible to observe the historical evolution of the curricular organization in early childhood education. This historical rescue allows us to understand the nuances and changes that have occurred, highlighting the importance of a well-structured curriculum that goes beyond care, promoting learning and the cognitive, social and emotional development of children. The BNCC, in particular, has shed new light on early childhood education, establishing competencies and skills that must be developed from the first years of life. This reflects a new understanding of children's ability to learn and develop holistically from a very early age. Public early childhood education in Brazil, therefore, is on a promising path, where the curriculum is not just a route to be followed, but a journey of discovery, learning and growth for each child.

Keywords: Curriculum, Curriculum Guidelines, BNCC, Early Childhood Education.

INTRODUÇÃO

A trajetória da educação infantil no Brasil é marcada por uma evolução significativa, refletindo a crescente compreensão da importância dos primeiros anos de aprendizado na vida de uma criança. A inclusão dos sistemas de ensino de creche e pré-escola na Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, reconhecendo a necessidade de uma estrutura educacional formal para os mais jovens. No entanto, a implementação prática dessa visão constitucional enfrentou desafios, principalmente devido à falta de formação especializada para os profissionais da área.

Com o passar dos anos, a necessidade de um currículo estruturado e apropriado para a educação infantil tornou-se evidente. Isso levou à criação das Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Infantil (DCNEIs) em 2009, um documento que representou um avanço significativo na padronização e melhoria da qualidade da educação para crianças pequenas. As DCNEIs forneceram um quadro para o desenvolvimento de programas educacionais que são sensíveis às necessidades, habilidades e experiências das crianças, promovendo um desenvolvimento integral e coerente.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) foram elaboradas a partir de ampla escuta a educadores, movimentos sociais, pesquisadores e professores universitários, que expuseram suas preocupações e anseios em relação à Educação Infantil, considerando já haver conhecimento consistente acerca do que pode fundamentar um bom trabalho junto às crianças. Elas destacam a necessidade de estruturar e organizar ações educativas com qualidade, articulada com a valorização do papel dos professores que atuam junto às crianças de 0 a 5 anos. Esses são desafiados a construir propostas pedagógicas que, no cotidiano de creches e pré-escolas, deem voz às crianças e acolham a forma delas significarem o mundo e a si mesmas. (OLIVEIRA, 2010, p.1)

A elaboração das DCNEIs foi motivada por uma série de fatores, incluindo a crescente pesquisa sobre a importância do desenvolvimento na primeira infância e a pressão da sociedade civil por uma educação de qualidade que atenda às necessidades de todas as crianças. Além disso, o compromisso do Brasil com tratados internacionais de direitos da criança e educação, como a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, desempenhou um papel crucial na promoção de reformas educacionais.

Desde a implementação das DCNEIs, houve um esforço contínuo para melhorar a formação dos educadores, a infraestrutura das instituições de ensino e a qualidade dos materiais didáticos. Essas medidas visam garantir que a educação infantil no Brasil seja não apenas acessível, mas também de alta qualidade, preparando as crianças para os desafios acadêmicos e pessoais futuros.

O currículo da educação infantil, portanto, é mais do que uma simples estrutura de conteúdo; é uma ferramenta dinâmica que reflete a evolução das práticas pedagógicas e a compreensão do processo de aprendizagem das crianças. Ele deve ser continuamente revisado e adaptado para atender às mudanças na sociedade e aos avanços no conhecimento sobre o desenvolvimento infantil. A educação infantil no Brasil, com seu foco no desenvolvimento integral da criança, estabelece uma base sólida para o sucesso educacional e pessoal ao longo da vida.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão narrativa de literatura, com diferentes tipos de documentos (artigos, teses, dissertações, textos on-line). Esse tipo de método permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática dos dados. Sua importância está na rápida atualização dos estudos sobre a temática.

Botelho et al. (2011) e Rother (2007) denominam os artigos de revisão de literatura tradicional como artigos de "revisão narrativa", os quais são caracterizados como publicações que visam a descrever, de maneira ampla, o desenvolvimento de um assunto específico e os tipos de metodologias que estão sendo empregadas por acadêmicos e pesquisadores no estudo do tema. Botelho et al. (2011, p. 125) afirmam que "a revisão narrativa é utilizada para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual".

Nesse sentido, apesar da revisão narrativa proporcionar uma rápida atualização do conhecimento acerca de determinado tema, o método empregado não permite a reprodução dos dados nem produz dados quantitativos acerca da produção analisada, visto que a fonte de busca dos trabalhos e sua seleção frequentemente não são especificadas (Rother, 2007).

Ressalta-se, aqui, o uso da expressão "estado da arte" como indicativo da amplitude da busca de documentos sobre determinado assunto específico, em volume

de material e temporalidade da produção. Denominando um tipo de revisão de literatura como estado da arte ou "estado do conhecimento". Esse tipo de revisão tem o objetivo de:

Mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Portanto, utilizamos a revisão bibliográfica de literatura do tipo "estado da arte" ou "estado do conhecimento" como forma de sistematização da condução do trabalho. Essa revisão narrativa descreve amplamente o desenvolvimento de algum assunto, de modo rápido e não sistemático. Assim, proporciona rápida atualização sobre a temática.

DOCUMENTOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil no Brasil é regida por uma série de documentos que estabelecem diretrizes e objetivos para a criação de um currículo integral e de qualidade. Entre os mais importantes estão as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estabelecidas pela Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que orientam a organização de propostas pedagógicas na educação infantil. Além disso, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e o Plano Nacional de Educação de 2014 e a Base Nacional Comum Curricular de 2017 são documentos fundamentais que norteiam a educação básica no país, incluindo a educação infantil. Esses documentos coletivamente asseguram o direito à educação de qualidade para todas as crianças e estabelecem princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, respeitando a diversidade e promovendo práticas pedagógicas que mediam aprendizagens significativas e o desenvolvimento integral das crianças.

Constituição Federal da República do Brasil

A Constituição Federal de 1988, promulgou em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

As leis desempenham um papel crucial no desenvolvimento humano, estabelecendo as bases para uma sociedade justa e equitativa. Desde a antiguidade, como no Código de Hamurabi, até os modernos princípios dos Direitos Humanos, as normas jurídicas têm sido fundamentais para regular as relações sociais e proteger os indivíduos. No Brasil, as leis refletem os valores e necessidades da população, promovendo a igualdade e a justiça em todas as fases da vida.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

A evolução das políticas educacionais no Brasil reflete uma crescente conscientização sobre a importância da educação infantil como alicerce para o desenvolvimento integral da criança. A Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, juntamente com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, marcaram um compromisso com a proteção e educação das crianças, especialmente as mais vulneráveis. Esses documentos enfatizam a necessidade de proporcionar não apenas cuidados básicos, mas também oportunidades educacionais que promovam o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 representou um passo significativo na reestruturação da Educação Básica, estabelecendo a educação infantil como a primeira etapa essencial. Este marco legal reconheceu a importância de complementar a ação da família e da comunidade na formação das crianças, garantindo um desenvolvimento mais harmonioso e integral.

No entanto, a implementação efetiva dessas diretrizes enfrentou desafios, evidenciados pelo tempo considerável que levou para o Conselho Nacional de

Educação definir a identidade da Educação Infantil com o Parecer CNE/CEB nº 20/09. Este documento foi crucial para estabelecer normativas claras sobre currículo, estrutura legal, carga horária, formação profissional, matrícula e horas mínimas de atendimento, garantindo assim um padrão de qualidade na educação das crianças.

Essa jornada rumo à melhoria da educação infantil ilustra a complexidade de traduzir princípios legais em práticas pedagógicas eficazes. Ainda há muito a ser feito para que todas as crianças, independentemente de sua classe social, tenham acesso a uma educação que promova igualdade de oportunidades e prepare cada indivíduo para contribuir positivamente para a sociedade. A educação infantil é um direito fundamental e um investimento no futuro de cada nação, e o Brasil continua a avançar nesse caminho, buscando a excelência e a equidade na educação para todos.

O atendimento em creche e pré-escola a crianças de zero a cinco anos de idade é definido na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado em relação à educação, oferecido em regime de colaboração e organizado em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A incorporação das creches e pré-escolas no capítulo da Educação na Constituição Federal (art. 208, inciso IV) impacta todas as outras responsabilidades do Estado em relação à Educação Infantil, ou seja, o direito das crianças de zero a cinco anos de idade à matrícula em escola pública (art. 205), gratuita e de qualidade (art. 206, incisos IV e VI), igualdade de condições em relação às demais crianças para acesso, permanência e pleno aproveitamento das oportunidades de aprendizagem propiciadas (art. 206, inciso I). (PARECER CNE/CEB nº 20/09. p. 4)

A organização curricular na educação infantil é, de fato, um tema complexo e multifacetado. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 representa um marco importante ao reconhecer a educação infantil como uma etapa crucial no desenvolvimento integral da criança. Ela estabelece diretrizes que valorizam tanto o conhecimento sistematizado quanto as experiências vividas pelas crianças, integrando-as em uma prática pedagógica que é ao mesmo tempo estruturada e flexível. Isso permite que os educadores criem um ambiente de aprendizagem que respeita a individualidade e os saberes prévios dos pequenos aprendizes, promovendo uma educação que é construída com as crianças, e não apenas para elas.

A BNCC, portanto, serve como um guia para equilibrar o conteúdo programático com as experiências significativas de aprendizagem, assegurando que a educação infantil seja um espaço de descoberta, interação e, acima de tudo, respeito à singularidade de cada criança. *“A BNCC é uma referência obrigatória de caráter*

complementar que abrange toda a Educação Básica pública e privada do país, contempla as aprendizagens essenciais e comuns que todo aluno tem o direito de desenvolver ao longo de seu trajeto na educação escolar” (Brasil, 2018).

O Currículo e a Base Nacional Comum Curricular

O currículo tem em sua prioridade o desenvolvimento integral da criança, contemplando os aspectos cognitivos, socioemocionais, físicos e culturais. Desta forma deve ter experiências significativas e adequadas ao estágio de desenvolvimento, respeitando as suas particularidades e ritmo.

Essa compreensão é expressa através dos direitos de aprendizagem estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, p. 38, 2017) que nos diz:

1. Conviver: *"Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas".*

A convivência social é um pilar fundamental na educação, pois promove o autoconhecimento e a compreensão mútua. Através da interação com diferentes indivíduos, as crianças aprendem a valorizar o respeito e a diversidade, elementos essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva. Essa abordagem educativa enriquece o processo de aprendizagem e prepara para serem cidadãos conscientes e participativos no mundo globalizado.

2. Brincar: *"Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros, ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais".*

A brincadeira é um aspecto fundamental do desenvolvimento infantil. Ela permite que as crianças explorem e interajam com o mundo de maneira criativa e significativa, promovendo o crescimento em diversas áreas, desde o emocional até o cognitivo. Ao brincar, as crianças não só se divertem, mas também desenvolvem habilidades sociais, aprendem a resolver problemas e a pensar de forma crítica, preparando-as para os desafios futuros de maneira lúdica e prazerosa.

3. Participar: *"Participar ativamente, [...] das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das*

brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando".

A participação ativa de crianças no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas. Quando crianças são envolvidas no planejamento e gestão escolar, elas aprendem a tomar decisões, a colaborar com colegas e adultos, e a se expressar de maneiras diversas. Essa abordagem democrática na educação incentiva a autonomia e o pensamento crítico, preparando-as não apenas para a vida escolar, mas também para serem cidadãos conscientes e ativos na sociedade.

4. Explorar: *"Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes [...]".*

Essa abordagem multidisciplinar enriquece o aprendizado, permitindo que as crianças absorvam conhecimento e o expressem de maneira criativa e crítica. A integração das artes, escrita, ciência e tecnologia no ambiente educacional promove uma educação mais dinâmica.

5. Expressar: *"Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens".*

Este princípio pedagógico reconhece a importância de cada criança como um ser criativo e sensível, capaz de interagir com o mundo ao seu redor de maneira única e significativa. A BNCC enfatiza a necessidade de ambientes educacionais que cultivem e respeitem essas formas de expressão, permitindo que as crianças explorem e desenvolvam suas capacidades comunicativas em toda a sua diversidade.

6. Conhecer-se: *"Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, [...]".*

A construção da identidade pessoal, social e cultural é um processo fundamental na educação infantil. Este processo envolve o reconhecimento e a valorização de si mesmo e dos grupos aos quais pertencemos, através de experiências diversas na escola e no contexto familiar e comunitário. A BNCC enfatiza a importância de criar oportunidades para que as crianças possam conviver, brincar e aprender em um ambiente que respeite suas individualidades e promova o desenvolvimento integral.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil representa um avanço significativo na educação, oferecendo um guia para a elaboração de currículos que atendam às necessidades locais enquanto alinham com objetivos educacionais mais amplos. Ela enfatiza não apenas a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, garantindo que as crianças estejam preparadas para os desafios do século XXI. A flexibilidade da BNCC permite que as escolas se adaptem às mudanças e inovações, mantendo um padrão de qualidade em todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil no Brasil passa por um momento de transformação significativa, refletindo uma crescente valorização da primeira etapa da educação básica. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) representa um avanço na concepção de um currículo que respeita a singularidade do desenvolvimento infantil.

A flexibilidade e o realismo são aspectos fundamentais dessas diretrizes, que buscam adaptar-se às diferentes realidades das crianças brasileiras, considerando suas formas únicas de interagir com o mundo e construir conhecimento.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao ser incorporada, trouxe consigo a necessidade de reorganizar o currículo, colocando a criança como centro do processo educativo. Isso implica uma mudança paradigmática: a educação infantil deixa de ser vista apenas como um espaço de cuidado e passa a ser reconhecida como um ambiente de aprendizagem ativa e construtiva. As habilidades desenvolvidas nesta fase são cruciais, pois estabelecem as bases para o aprendizado futuro e para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Os campos de experiências, conforme delineados pela BNCC, são estruturados para abranger as diversas habilidades que as crianças devem adquirir. O papel do educador, neste contexto, é essencial como mediador, capaz de tornar o aprendizado relevante e adaptável às necessidades individuais de cada criança. O currículo, portanto, não é um documento estático, mas um guia dinâmico que deve ser constantemente revisitado e aprimorado pelos profissionais da educação.

A construção de um currículo eficaz para a educação infantil requer um compromisso com a formação contínua dos educadores, que devem estar preparados

para implementar práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. A colaboração entre os diversos atores do cenário educacional é fundamental para que o currículo reflita os valores da sociedade e promova o desenvolvimento integral das crianças.

Em suma, o currículo da educação infantil é um instrumento vital que orienta não apenas o ensino, mas também a formação de indivíduos capazes de compreender e transformar o mundo ao seu redor. A sua construção e implementação são processos contínuos que exigem reflexão, adaptação e, acima de tudo, uma visão centrada no bem-estar e no potencial ilimitado de cada criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, L. L. R. CUNHA, C. A., & MACEDO, M (2011). **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220> Acesso em: 20. Jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: Planalto - Constituição. Acesso em: 22 jul. 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília: MEC/Consed/Undime, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso: 10. Ago. 2024.

_____. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**, aprovado em 11 de novembro de 2009. Ementa Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Publicado em: 11. Nov. 2009. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN202009.pdf?query=INFANTIL. Acesso em: 10. Ago. 2024.

FERREIRA, N. S. A. (2002). **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. *Educação & Sociedade*. Disponível em: <<https://docentes.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino-pos.0242-posensino/ferreira-n.-s.-a.-as-pesquisas-denominadas-201cestado-da-arte201d.-educacao-sociedade-v.-23-n.-79-p.-257-272-2002/view>>. Acesso em: 20. Jun. 2024.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O Currículo na Educação Infantil: O que propõem as novas diretrizes nacionais?** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, nov. 2010.